

## A GEOGRAFIA ENTRE CONHECIMENTO SITUADO, ABORDAGEM DESCOLONIAL E INTERSECCIONALIDADE

**Rogério Haesbaert<sup>1</sup>**

Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Niterói, RJ, Brasil

*Para Joseli Silva, precursora deste debate na Geografia brasileira,  
e a quem devo leitura atenta e generosa do texto original*

Enviado em 30 abr. 2022 | Aceito em 30 jun. 2022

**Resumo:** Este artigo focaliza algumas transformações recentes na Geografia em diálogo com outras Ciências Sociais e que revelam amplo potencial para desdobramentos futuros. “Geografar” é visto como a capacidade de reconhecer e praticar a mudança de perspectiva espacial, habilitando-nos, assim, a conviver com a alteridade e a multiplicidade de visões (e práticas) de mundo(s). A Geografia é concebida como/através do conhecimento situado (ou do “saber localizado” nos termos de Donna Haraway). Abordagens descoloniais na América Latina fortalecem e complexificam essa leitura ao enfatizarem a interseção – ou a interseccionalidade – entre as múltiplas manifestações (classe, gênero, etnia...) do poder e o trânsito entre as múltiplas territorialidades aí inseridas. Tanto a Geografia em sentido amplo quanto o enfoque descolonial são considerados intrinsecamente como conhecimentos situados e interseccionais.

**Palavras-chave:** Teoria da Geografia, conhecimento situado, abordagens descoloniais, interseccionalidade, transterritorialidade.

### LA GEOGRAFÍA ENTRE CONOCIMIENTO SITUADO, ENFOQUE DESCOLONIAL Y INTERSECCIONALIDAD

**Resumen:** Este artículo se centra en algunas transformaciones recientes de la Geografía en diálogo con otras Ciencias Sociales, revelando un amplio potencial para desarrollos futuros. “Geografar” se considera como la capacidad de reconocer y practicar el cambio de perspectiva espacial, lo que nos permite convivir con la alteridad y la multiplicidad de puntos de vista (y prácticas) del mundo(s). La Geografía es percibida como o a la luz del conocimiento situado (o de los “saberes localizados” de Donna Haraway). Los enfoques descoloniales en América Latina fortalecen y complejizan esa lectura al enfatizar la intersección – o interseccionalidad – entre las múltiples manifestaciones (clase, género, etnia) del poder y el tránsito entre las múltiples territorialidades involucradas. Tanto la Geografía en sentido amplio cuanto el enfoque descolonial son considerados como intrinsecamente como conocimientos situados e interseccionales.

**Palabras clave:** Teoría de la Geografía, conocimiento situado, enfoques descoloniales, interseccionalidad, transterritorialidad.

### GEOGRAPHY BETWEEN SITUATED KNOWLEDGE, DECOLONIAL APPROACH AND INTERSECTIONALITY

**Abstract:** This article focuses on some recent changes in Geography in dialogue with other Social Sciences, showing its potential for future developments. “Geographing” is seen as the capacity to recognize and practice changing spatial perspectives, thus enabling us to live with the otherness and multiplicity of views (and practices) of the world(s). Geography is seen in the light of “situated knowledge” (Donna Haraway), strengthened and complexified in Latin America through decolonial approaches that emphasize the intersectionality between multiple manifestations (class, gender, ethnicity) of power and through multiple territorialities (multi or transterritoriality). Both Geography (in a broad sense) and the decolonial approach are considered intrinsically as situated and intersectional knowledge.

**Keywords:** Theory of Geography, situated knowledge, decolonial approaches, intersectionality, transterritoriality.

---

1. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro). E-mail: rogergeo@uol.com.br. ORCID: [orcid.org/0000-0002-1345-7654](https://orcid.org/0000-0002-1345-7654). O autor agradece aos participantes do Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização (NUREG) pelos ricos debates que inspiraram este trabalho, em especial a Gundo Rial y Costas e Fernando Damasco, leitores atentos de uma versão inicial deste artigo.

Alguns adjetivos, ainda que com pouco êxito por sua parcialidade – ou excessiva ambição – tentaram caracterizar a Geografia ao longo de sua história: ciência de síntese ou “ponte” (entre sociedade e natureza), ciência da “diferenciação de áreas”, ciência espacial, etc. No centro dessas tentativas estava/está o grande dilema do objeto e/ou do método propriamente geográfico, como se fazer Geografia, “geografar” – a Geografia como ação, implicasse partir da delimitação clara de um objeto empírico – o ecúmeno ou espaço habitado/habitável da superfície da Terra, ou teórico – por exemplo, o “espaço social” tomado a partir de sua (re)produção.

Esses tempos, digamos, positivistas e/ou excessivamente racionalistas de pensar e fazer Geografia ainda não se esgotaram, mas outras leituras convivem e se (re) afirmam, favorecendo uma visão muito mais múltipla do(s) saber(es) e prática(s) geográficos, reconhecidos num amplo continuum entre as práticas diretas, cotidianas, de ler e construir o espaço (transformando a natureza – conceito cada vez mais questionado), e o universo ideal de uma construção teórica capaz, ao mesmo tempo, de explicar a complexidade desse espaço e imaginar-lhe um horizonte distinto de futuro.

Este artigo focaliza uma dessas transformações recentes da Geografia no seu diálogo com outras Ciências Sociais, a partir de alguns caminhos trilhados nas últimas décadas na interface entre o chamado conhecimento situado, a interseccionalidade e a abordagem descolonial, evidenciando seu potencial para desdobramentos futuros. Numa leitura centrada no sujeito e na ação, geografar é visto como a capacidade de reconhecer, no campo das ideias, e praticar concretamente a mudança de perspectiva espacial de mundo, habilitando-nos, assim, a resistir ao domínio do pensamento binário padronizador e conviver com a alteridade e a multiplicidade de visões/práticas de mundo. Destacamos, então, a relevância da Geografia como conhecimento situado (ou entre os “saberes localizados”, discutidos nas Ciências Sociais nos anos 1990, sobretudo com Donna Haraway), o que de algum modo aparece traduzido no âmbito das abordagens interseccionais (imbricando classe socioeconômica, etnia, gênero e geração, por exemplo), geo-historicamente situadas (no nosso caso, privilegiando o contexto latino-americano) e politicamente descolonizadoras.

### A importância do conhecimento situado

A era de incertezas e a multiplicidade de perspectivas que dominam a Geografia e as Ciências Sociais nas últimas décadas<sup>2</sup> não devem ser vistas como epistêmica e politicamente desmobilizadoras. Ao contrário, elas constantemente nos desafiam e é por aceitar determinados níveis de insegurança e desordem, imanentes à nossa existência<sup>3</sup>, que aprendemos a confiar, de um outro modo, na construção de um pensamento descolonizador onde convivem múltiplas

<sup>2</sup> E também em ciências “duras”, como a Física e a Química. Para o químico-filósofo Ilya Prigogine: “A ciência clássica privilegiava a ordem, a estabilidade, ao passo que em todos os níveis de observação reconhecemos agora o papel primordial das flutuações e da instabilidade. (...) . Noções como a de caos tornaram-se populares e invadem todos os campos da ciência, da cosmologia à economia”. (Prigogine, 1996:12)

<sup>3</sup> A geógrafa Lia Machado, corroborando as ideias de Prigogine e Stengers (1997[1986]), alertava-nos para a importância de não transformar os conflitos e os riscos de instabilidade em “resíduo do irracional”: “Se é verdade que a ordem/organização foi postulada como necessária (...), a ideologia econômica e tecnocrática transformou em resíduo do irracional a existência de conflitos e os riscos de instabilidade. Na perspectiva dos sistemas dinâmicos complexos, no entanto, ordem e desordem ocorrem simultaneamente, e o não-equilíbrio pode gerar efeitos construtivos na medida em que os sistemas nessa situação podem transformar em fator de organização aquilo que se afigurava, de início, como ‘informação sem significado’ ou ‘desordem’” (Machado, 1993:86).

perspectivas de mundo e onde o próprio espaço é visto como aberto e múltiplo, revelando sempre a possibilidade de um outro futuro, o delineamento de novos caminhos (ou trajetórias, como afirma Massey, 2008).

Essa ideia de espaço geográfico aberto e múltiplo, longe de uma pulverização designada genérica e depreciativamente por alguns como eclética e/ou pós-moderna, foi incorporada de forma crítica, destacando-se atualmente a interlocução com as chamadas abordagens descoloniais, discutidas mais adiante. Geógrafos que defendem essa perspectiva, como Doreen Massey, tiveram também uma formação marxista e um diálogo com o pensamento pós-colonial, não abandonando, assim, uma crítica contundente ao capitalismo.

A pretensão integradora na leitura do espaço geográfico, embora reconfigurada, não perdeu vigor. Em vez de um grande eixo ou uma estrutura padrão frente à qual pretendíamos articular a priori nosso “quadro integrador”, como era frequente em visões estruturalistas e/ou economicistas, temos a necessidade imperiosa de contextualizar, de (nos) posicionar, de situar(-nos) geo-historicamente, de forma muito mais acurada, interseccional e complexa, de fato espacializando os fenômenos que buscamos apreender.

Desde pelo menos os saberes localizados de Clifford Geertz (1998[1983])<sup>4</sup> ou os conhecimentos situados de Donna Haraway (1995[1988]), temos uma marcha algo sinuosa em busca dessa contextualização que, curiosamente, na Geografia, campo com o qual teria fértil interlocução, não foi difundida com o ritmo e a intensidade merecidos. Nesse caso, com um caminho problemático em mão dupla: pouco diálogo das outras ciências sociais com o pensamento geográfico até então consolidado, tardia atenção dos geógrafos para com o debate sobre os saberes situados. Isso, especialmente no caso da América Latina, onde somente a abordagem descolonial e as discussões precursoras das Geografias feministas sobre interseccionalidade (Silva e Silva, 2014) viriam de fato transformar esse quadro.

Na Geografia anglo-saxônica, pelo menos desde os anos 1990, já encontramos, mesmo sem o uso explícito do termo interseccionalidade, uma visão complexa na interseção entre diferentes dimensões do espaço (e seus sujeitos), como no trabalho da geógrafa Doreen Massey. Sua crítica contundente ao economicismo aparece, por exemplo, em “Sexismo flexível” (Massey, 1992), artigo fundamental por analisar os trabalhos emblemáticos de Edward Soja, “Geografias Pós-modernas”, e de David Harvey – “A condição pós-moderna”. A partir da crítica a Soja ela afirma:

Se reconoce la necesidad de referirse al racismo y al sexismo, pero siempre se supone, explícita o implícitamente, que el único eje de poder relevante en estas formas de dominación es aquel que se deriva de manera más o menos directa de las relaciones de producción. No contempla alternativa alguna de relación de poder y de dominación. No se considera, por ejemplo, el hecho de que el patriarcado no es reductible a los términos de un debate sobre modos de producción. De hecho, para enfatizar este punto, el mismo concepto de modernidad se define exclusivamente en relación con el capitalismo y, a veces, parece casi sinónimo con éste. (p. 8) ... existen otros ejes de relaciones sociales de poder que caracterizan nuestras sociedades, en adición a las de clase y capitalismo. (Massey, 1992:9)

---

4 Segundo este autor, partindo de um ponto de vista antropológico “... a antropologia sempre teve um sentido muito aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo. Para um etnógrafo (...), as formas de saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros”. (Geertz, 1998[1983]:11) Agradeço a Gundo Ryal y Rojas pela lembrança desta referência.

Durante muito tempo permanecemos (muitos até hoje) seduzidos pela busca infrutífera de certas totalizações, especialmente sob influência de um materialismo que, apesar de autodesignar-se histórico e dialético e atacar com força a questão das desigualdades, nem sempre se abriu à dinâmica instável, contraditória e/ou ambivalente das diferenças (em sentido estrito). Mesmo aqueles que, com base no marxismo (ou suas derivações), entendem o pensamento pela totalidade como um pensamento não dicotomizador, começam pela concepção de uma estrutura definida a priori como materialista e, na maioria das vezes, no campo da produção econômica. Para Castoriadis, entretanto, escrevendo ainda em 1982:

.. uma dialética 'não espiritualista' deve ser também uma dialética 'não materialista' no sentido de que ela se recusa a estabelecer um ser absoluto, quer seja como espírito, como matéria ou como a totalidade. (Castoriadis, 1982:70)

Numa crítica mais radical, para Donna Haraway a busca por uma totalidade/totalização está voltada para quem tem “vocação para deus”. Talvez imitando na teoria crítica o que, na prática, deseja o grande capital, essa figura mítica na qual só acreditam os que consideram que a acumulação (e a devastação que a acompanha) é realmente ilimitada. Mas, como o mundo é sempre mais que o capitalismo, como sua difusão demonstra, ele não é capaz, de fato, de “totalizar” (aqui num sentido menos filosófico e mais empírico-geográfico de estender-se a todas as esferas da vida e/ou ao conjunto da superfície terrestre), sempre restarão frestas, brechas nas quais nos apoiarmos para encontrar outros caminhos, outras geografias com o potencial de indicar um futuro distinto.

Sob o peso das diferenças de grau, quantificáveis, continuávamos sobrevalorizando os padrões e as estruturas, dando pouco espaço à instabilidade potencialmente disruptiva das conjunturas e dos acontecimentos. Embora a especificidade das localizações, das posições ou, mais amplamente, das situações, tenha sempre acompanhado a preocupação do geógrafo<sup>5</sup>, nem sempre se considerou seriamente o papel da contextualização geo-histórica, subordinada aos ditames mais amplos da estrutura ou do sistema.

Na perspectiva mais ampla do conhecimento como conhecimento que está sempre geo-historicamente situado e tem distintas abrangências escalares no espaço e no tempo, é importante inspirarmo-nos no diálogo extra-geográfico de pensadores como Donna Haraway que, a partir de um olhar feminista, continua ainda hoje nos desafiando com suas provocações. Em relação à objetividade científica, a autora faz uso de sua perspectiva como mulher para defender uma “objetividade corporificada” (geografizada, poderíamos dizer), feminista, que “significa, simplesmente, saberes localizados”. (1995[1988]:18) Assim, ela questiona “a produção de uma teoria universal totalizante”, tornada “um grande equívoco que deixa de apreender – provavelmente sempre, mas certamente agora – a maior parte da realidade”. (2000:109)<sup>6</sup>

A autora está atenta, também, a que não se caia no outro extremo oposto à totalização racionalista, o relativismo subjetivo. Como alternativa ao relativismo devemos assumir “saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de

<sup>5</sup>. Para um exemplo a partir da abordagem clássica, ver o texto de Friedrich Ratzel (original: 1894), “Sobre a situação geográfica” (tradução acompanhada de comentário de Sérgio Nunes Pereira, 2021).

<sup>6</sup>. “O que o dinheiro faz no âmbito das trocas do capitalismo, o reducionismo faz nos poderosos âmbitos mentais das ciências globais: finalmente há apenas uma equação. Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que pode ter validade como conhecimento”. (Haraway, 1995[1988]:16-17)

solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”. (Haraway, 1995:23) Ao defender esses saberes localizados – ou melhor, situados – ela lembra que no relativismo se está “em lugar nenhum, alegando-se que se está igualmente em toda parte”. Essa “ ‘igualdade’ de posicionamento” acaba sendo “uma negação de responsabilidade e de avaliação crítica”. Nesse sentido, tanto o relativismo quanto a totalização “negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem”. (p. 24)

Segundo Haraway toda visão ampla parte de ou se situa em um determinado lugar. Por isso, não se trata de uma visão de cima, transcendente de limites. Trata-se da visão sempre em perspectiva, um olhar sempre como “junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar”. (1995:33-34) Há sempre uma conexão parcial do conhecedor científico com o “objeto”, é impossível uma “posição ‘inteira’ e total”, “a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional”, pois não podemos “ ‘estar’ simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe” – isso considerando um elenco muito resumido de “posições críticas”. (Haraway, 1995:26-27)

Embora Haraway enfatize, entre essas múltiplas oposições, o caráter situado do conhecimento e aquilo que hoje denominamos interseccionalidade, ela não integra de maneira mais enfática a dimensão espacial ou geográfica dessa corporificação e dessa situa/posi-cionalidade. Entretanto, essa “objetividade como racionalidade posicionada”, ao advir do gênero, da etnia, da geração e/ou da diversidade funcional a que se está vinculado, traz implícita toda uma geografia que começa pela própria “posição de objetividade corporificada”, nos termos da autora. Nesse sentido, todas elas estão incorporadas ou em-carnadas. E se entendemos o corpo humano também como espaço geográfico (Pile e Nast, 1996; Silva e Omat, 2016) ou até mesmo como território (Cabnal, 2010; Zaragocin, 2018; Haesbaert, 2020 e 2021b), não há dúvida de que toda posição ou situação através da qual se dá o conhecimento é, igualmente, uma situação geográfica – situação ao mesmo tempo diferenciada e desigual, na imbricação entre diferenças de natureza, qualitativas, e diferenças de grau, quantitativas.

Geografar não é apenas ler e marcar a t/Terra – seja com os traços materiais de nossa cultura ou com os símbolos e afetos da perspectiva de mundo que através deles (re)construímos. A diferenciação dos espaços que frequentamos e/ou produzimos e os outros seres/corpos que encontramos são decisivos para a nossa mudança de perspectiva sobre o mundo. Por isso, geografar é também posicionar-se, ou melhor, situar-se, (des)organizando um espaço e, ao conhecê-lo e/ou interpretá-lo, aprender a assumir diferentes pontos de vista.

Nesse sentido, geografar é também estabelecer e/ou reconhecer nossos limites/ fronteiras, pois eles são os horizontes geográficos de nossa perspectiva sobre o mundo. Fronteiras que, como diz Haraway e como se verifica em todo horizonte geográfico, são sempre enganosas, “oscilam desde dentro” (a partir do nosso próprio olhar). Mesmo assim, por mais instáveis que sejam, delas não podemos prescindir, pois ao mesmo tempo que nos movimentamos também precisamos de alguma fixação e repouso. Epistemologicamente falando, “fronteiras são desenhadas através de práticas de mapeamento: ‘objetos’ não pré-existem enquanto tais”. (Haraway, 1995:40)

Numa concepção demasiado ampla, Donna Haraway vê objetos como “projetos de fronteiras”, de modo que “o que as fronteiras contêm provisoriamente permanece gerativo, produtor de significados e de corpos” (Haraway, 1995:41). Toda fronteira, geograficamente falando, é ao mesmo tempo produto de uma necessidade de delimitar/recortar o espaço e condição de seu des-ordenamento. Geografar é, assim, um constante (ainda que às vezes lento e árduo) ressituar-se, recolocando limites/horizontes a partir de cada nova posição ou perspectiva vivenciada.

De outro modo, Haraway dirá que “assentar (atentar para) fronteiras é uma prática muito arriscada”. (1995:41) A autora propõe a conhecida e sempre instigante metáfora do ciborgue para entender essa oscilação das fronteiras desde o interior, em corpos híbridos, carregados de próteses que abalam distinções claras entre cultura e natureza, nós e os outros – e não apenas próteses humanas, tecnológicas, também “próteses” no sentido das múltiplas vidas que levamos/alimentamos, nos tantos micro (às vezes nem tão micro) seres que nos habitam. Assim, “a raça, o gênero e o capital exigem uma teoria ciborguiana do todo e das partes. Não existe nenhum impulso nos ciborgues para a produção de uma teoria total; o que existe é uma experiência íntima entre fronteiras – sobre sua construção e desconstrução.” (Haraway, 2000:107)<sup>7</sup> O ensaio “Manifesto Ciborgue” argumenta “em favor do *prazer* da confusão de fronteiras, bem como em favor da *responsabilidade* em sua construção”. (2000:42, grifos da autora)

Na nossa leitura, entretanto, não podemos exagerar nessa oscilação das fronteiras e no “prazer de sua sua confusão”. Principalmente quando se trata da lógica sistêmica do chamado grande capital, pois as macro-relações capitalistas são impiedosas em sua (i)lógica de pretensão globalitária e que, na prática, sempre resulta espacialmente fragmentadora/segregadora. Vide o periódico refortalecimento seletivo das fronteiras nacionais, que nunca foram tão muradas quanto hoje. Em plena era de pretensa fluidez global, nossos corpos se movimentam de formas altamente seletivas, estimulando-se a migração de alguns privilegiados e impedindo-se brutalmente a mobilidade dos mais precarizados.

O sem limites com que foi proposta a modernidade tecnológica capitalista e seu padrão extrativista revelou seu potencial para o desastre. Mas é claro que, para compreendê-la, devemos entender como funciona esse jogo (malgrado) de totalizações, ainda que abertas, como propunha Castoriadis (1982)<sup>8</sup>. Se o capitalismo é sistêmico – ou melhor, caos-sistêmico, ampliando aqui a caracterização proposta por Giovanni Arrighi (1996) para suas grandes crises – e vive pela tentativa de totalização (ainda que potencial), precisamos de análises que revelem as artimanhas desse mito totalizador a fim de alcançar uma explicação consistente, com o cuidado analítico de não cair na mesma armadilha totalizadora<sup>9</sup>.

Uma lição fundamental é assumir a responsabilidade sobre as consequências dos recortes espaciais ou fronteiras que construímos – para o bem ou para o mal, como a fixação e a mobilidade, eles são constitutivos de nossa existência. Dependendo de como são traçados, esses limites podem tanto ajudar a organizar melhor nossos caminhos quanto a segregar, exacerbando e hierarquizando diferenças, ao impor espaços distintamente valorizados, seja frente ao capital financeiro e/ou produtivo seja, simplesmente, na ambivalência de seu sentido simbólico-cultural.

Para Donna Haraway, “objetividade não diz respeito a des-engajamento, trata-se de um estruturar mútuo e comumente desigual” que nos obriga constantemente a assumir riscos “num

<sup>7</sup> Em outras palavras, a imbricação organismo-máquina representada pelo ciborgue “tem sido uma guerra de fronteiras. As coisas que estão em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da representação e da imaginação”. (Haraway, 2000:41-42)

<sup>8</sup> A já comentada dialética ao mesmo tempo não idealista e não materialista defendida por Castoriadis “deve eliminar o fechamento e a totalização, rejeitar o sistema completo de mundo. Deve afastar a ilusão racionalista, aceitar com seriedade a ideia de que existe o infinito e o indeterminado, admitir, sem entretanto renunciar ao trabalho, que toda determinação racional é tão essencial quanto o que foi analisado, que necessidade e contingência estão continuamente imbricadas uma na outra, que a natureza, fora de nós e em nós, é sempre outra coisa e mais do que a consciência constrói”. (Castoriadis, 1982:70)

<sup>9</sup> É nesse sentido que vários geógrafos críticos brasileiros, pautados em uma leitura materialista histórica de base lefebvriana, advogam uma “totalidade aberta e móvel”. (ver, por exemplo, Voloshko, 2019)

mundo no qual ‘nós’ somos sempre mortais, isto é, não detemos o controle ‘final’”. O mundo, assim, resistiria sempre a se tornar “mero recurso”, pois é “uma figura para o sempre problemático, sempre potente, vínculo entre significado e corpos”. (Haraway, 1995[1988]:41) Situar concretamente esta relação significado-corpo é imprescindível. Na defesa desse conhecimento situado e que valoriza a corporeidade, uma das proposições críticas que mais tem se difundido no contexto latino-americano, como se sabe, é a abordagem descolonial. O próximo item retomará algumas de suas principais características associando-as à interseccionalidade.

### Abordagens descoloniais e interseccionais para a Geografia

Duas das características mais importantes das abordagens descoloniais, como se sabe, são a crítica ao pensamento universalista de matriz eurocêntrica e a luta contra assimetrias binárias, a começar, geograficamente falando, por aquela entre centro e periferia. Nunca é demais esclarecer, entretanto, que nem todo pensamento oriundo do continente europeu é eurocêntrico, a não ser quando tem pretensões de tomar a Europa como referência central ou como *hegemon* intelectual mundial, num projeto de colonização/subordinação de outros saberes. Por outro lado, há também muito pensamento eurocêntrico que não provém da Europa, mas do “conjunto dos educados sob sua hegemonia”. (Quijano, 2010:86) A descolonialidade, assim, destaca a importância das releituras críticas e da criatividade a partir de outros saber-fazeres que não se encaixam estritamente nos padrões da ciência dominante – ainda que esta possa/deva ser lida, como já ressaltado, como uma ciência aberta, com seus níveis de incerteza, desordem e flutuação.

Desde uma perspectiva geográfica e historicamente situada, coloca-se em questão a visão euro-capitalocêntrica de mundo e/ou de uma racionalidade objetivista e padronizadora, como se cada conjunto articulado de saberes não fosse produzido na imbricação de relações dentro de sua própria cultura e de seu meio. É assim que, como latino-americanos (com toda a colonialidade do poder que este termo implica), temos consciência de nosso potencial para a transculturação (Ortiz, 1999[1940]) e/ou a antropofagia (Andrade, 1995[1928]).

Essa tendência para a mestiçagem – para além de um “dispositivo da colonialidade do poder” [Carelli, 2020] para o branqueamento – é uma demonstração clara de um modo próprio de ler o mundo a partir de nossa formação cultural<sup>10</sup>. Assim, falar hoje de Geografia a partir do Brasil ou da América Latina, sem menosprezar o conhecimento do “Norte”, mas sempre em diálogo crítico (“transmoderno”, diria Dussell, 2000) com ele, significa considerar a devida valorização das interpretações de mundo construídas dentro do nosso circuito múltiplo de influências, tanto sociais quanto naturais, reconhecendo o complexo condicionamento que cada lócus de enunciação geo-histórico implica<sup>11</sup>. Como afirma Sarah Radcliffe:

... la interseccionalidad decolonial implica reemplazar la producción del espacio desde el poder y desde “arriba” y entender bien como las desigualdades coloniales [interseccionais] y arraigadas se producen en el espacio y por la geografía diferenciada. (Radcliffe, 2017:86)

<sup>10</sup> Para uma discussão sobre o conceito de América Latina e essa característica “híbrida” ou “mestiça”, ver Haesbaert, 2021a, especialmente p. 62-87.

<sup>11</sup> Embora não seja o caso de desdobrar aqui a questão das “influências do meio”, podemos lembrar, por exemplo, que a afetividade ambiental ganha cada vez mais terreno nas Ciências Sociais (ver Giraldo e Toro, 2020) e a “virada afetiva” ou “emocional”, vista de maneira crítica, ganha espaço dentro da Geografia (entre diversas obras ver Clough e Halley, 2003, Davidson, J. et al, 2005 e, no caso brasileiro, Silva, 2016). Cada uma dessas afetividades se realiza em um espaço específico, exigindo reconhecer uma imbricação razão-emoção que vai muito além da racionalidade – ou do racionalismo – predominante no pensamento ocidental e que, de diversas formas, sempre esteve presente nos saberes dos povos originários.

O famoso lócus de enunciação ou lugar de fala, muito próximo do conhecimento situado de Haraway, tem sido uma concepção bastante difundida, correndo até mesmo o risco de se tornar banalizada. Geralmente o termo é utilizado nas Ciências Sociais para designar uma posição político-sociológica (o “lugar” como certa situação na conjugação do poder em termos de classe, raça, gênero [ver, por exemplo, Ribeiro, 2017]) e não uma situação geográfica. É um conceito que carrega uma grande força política na medida em que reivindica que se conceda legitimidade à voz de classes/grupos – e espaços, devemos acrescentar (as “zonas de não-ser” de Frantz Fanon [2008])– historicamente invisibilizados

As abordagens descoloniais contribuem para o reconhecimento, com muito mais ênfase, da dimensão geográfica do lugar de fala, traduzida analiticamente em termos como “localização epistêmica” ou “geopolítica do conhecimento” (Mignolo, 2003). Trata-se de reconhecer o quanto a referência e/ou o pertencimento a determinados espaços faz com que os sujeitos, ao serem associados a esses locais, são estigmatizados ou mesmo invisibilizados. Entretanto, como nos lembram também Djamila Ribeiro e Donna Haraway, é importante sempre ressaltar:

... o cuidado para não sobrevalorizar esse papel do “lugar de fala”, seja no sentido mais estritamente cultural-sociológico, seja no sentido geográfico-histórico. Apesar de sua grande relevância, deve-se ter cuidado para não incorrer na leitura simplificada e, por vezes (auto)segregadora, de que somente quem vive um determinado processo “de dentro” é que pode falar. (...) a reflexão de um ponto de vista externo pode contribuir para perceber outras perspectivas que, às vezes, olhando apenas a partir de dentro e do “calor das lutas”, não conseguimos divisar com clareza. [Dá-se margem, assim, à necessária] manifestação de uma pluralidade de vozes. (Haesbaert, 2021a:42-43)<sup>12</sup>

Fica evidente, portanto, a importância de assumirmos um pensamento profundamente descolonizador, que rompa com a uni/onipotência da perspectiva de mundo de um certo racionalismo euro-norte-americanocêntrico, que, polemicamente, ora pode ser considerado ideologicamente mais à direita, ora mais à esquerda. Isso se encontra em pauta, ainda que com outras designações, desde pelo menos a obra emblemática, “Orientalismo”, de Edward Saïd (2003). Descolonizar significa, em primeiro lugar, reconhecer nossa situacionalidade (espaço-temporalidade) e, conscientes da especificidade dessa posição, aprender a ler o espaço, a geografia, a partir de nossa própria perspectiva. Perspectiva que começa pela individualidade de nossos corpos, condensadores-síntese que possibilitam questionar as grandes dicotomias: corpo/matéria e espírito/ideia, universal e singular (ou geral e particular), racional e sensível.

No caso da América Latina a força da herança colonial-escravista e patriarcal do poder aparece profundamente impregnada em referências corporais, especialmente no que se refere à etnia/raça e ao gênero, com o histórico de subordinação e subalternização de povos originários, afrodescendentes e mulheres de múltiplas raças em todo o continente. Aníbal Quijano, um dos intelectuais mais reconhecidos do pensamento descolonial, afirma que o corpo humano e a

<sup>12</sup> Ou ainda, como afirma Miguel (2020), “o lugar da fala não implica qualquer privilégio epistêmico (isto é, a ideia de que o dominado, só por ser dominado, já entende a dominação melhor do que qualquer outro). A expressão dos dominados é importante porque traduz – em parte e com ruídos, como qualquer expressão – sua experiência, mas convém lembrar que essa experiência também é conformada pela dominação. A experiência bruta, assim, tem que ser ressignificada por meio de processos que, à falta de palavra melhor, podem ser chamados de ‘conscientização’. (...) A discussão é complexa e tem múltiplas facetas, mas é difícil recusar pelo menos uma conclusão: a pluralização das agendas emancipatórias da esquerda é rica e necessária, mas a deriva identitária, aliada à utilização lacradora de uma noção reducionista de lugar de fala, funciona como um cavalo de Troia. Inibe a construção de um projeto comum de sociedade, até mesmo de alianças pontuais, e redireciona boa parte das energias políticas para as batalhas fáceis contra quem, errando ou não, deseja estar a seu lado – aqueles que, como bem lembrou Wilson Gomes, são os únicos vulneráveis a essa estratégia”.



corporeidade, por implicarem uma clara materialidade, constituem “o nível decisivo das relações de poder”. Assim, a referência primeira na construção da ideia de raça é, na externalidade do corpo, a cor da pele, o que sugere sua perigosa naturalização, como ocorre nos discursos hegemônicos da colonialidade do poder – que é também, assim, numa associação com Foucault e Mbembe, um bionecropoder que, em nome da majoração da vida para alguns, decreta a violência política militarizada e a morte para tantos<sup>13</sup>. Segundo Quijano (2010):

Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que corre aos explorados no seu “corpo”, quando são derrotados nessas lutas. Nas relações de gênero, trata-se do “corpo”. Na “raça”, a referência é ao “corpo”, a “cor” presume o “corpo”. (p. 126)

Podemos afirmar que é a partir do corpo humano em relação – como uma espécie de espaço geográfico elementar, onde toda nossa existência de fato começa e termina – que encontramos o primeiro indicador da possibilidade de uma visão integradora na Geografia. Integradora, contudo, num sentido aberto, sem apriorismos que definem de antemão uma dimensão explicativa “em última instância”, pois cada corpo individual carrega uma história e uma (multi) identidade e (multi) territorialidade como nós singulares de seu feixe de relações<sup>14</sup>. As abordagens descoloniais também nos ensinam a pensar através desse jogo múltiplo de dimensões que, mesmo mutuamente constituídas, obviamente variam em sua interseção dependendo do contexto espaço-temporal em que se efetivam.

É essa interpretação geo-histórica de saberes situados que permite inserir no discurso descolonial (ou anticolonial, se preferirmos) outra problemática analítico-conceitual importante: a da interseccionalidade, de algum modo já indicada na reflexão teórica de Haraway ao reconhecer as “posições críticas” de “gênero, raça, nação e classe” e na abordagem prático-vivida da chicana Gloria Anzaldúa (1987). Embora alguns possam considerar simplesmente um novo nome para uma velha questão, autores que se dedicam seriamente ao debate, especialmente nas chamadas geografias feministas, trazem contribuições muito relevantes a serem relidas ou retomadas pela Geografia. No Brasil, um texto pioneiro neste sentido foi o de Silva e Silva (2014), ao tratar a interseccionalidade a partir de uma ótica feminista.

Nem todos esses trabalhos, entretanto, enfatizam a “diferenciação do espaço” (inclusive em sua dimensão dita natural) como constituinte fundamental dessa interseção de “posições críticas”. Em nossa abordagem, e tal como reconhecido por autoras como Silva e Silva (2014), Radcliffe (2017) e Rodó-Zárate (2021), diferentes perspectivas geográficas são elementos indispensáveis na composição que intersecciona classe, gênero, etnia, faixa geracional, diversidade funcional (corpórea), nacionalidade, língua, religião, etc. As abordagens descoloniais, ao valorizarem o papel do contexto concreto de produção do conhecimento, sem dúvida ajudaram a fortalecer a consideração

<sup>13</sup> Acrescentaríamos à essa bionecropolítica, também, a força da política de morte sobre os próprios territórios (o “terricídio” para muitos povos originários), de onde se extrai sem pudor a vida (em suas múltiplas manifestações), a terra (seja pela devastação dos solos ou pela extração mineral), a água (cada vez mais privatizada) e o próprio ar que respiramos. Sob a colonialidade do poder, portanto, teríamos o exercício de algo como uma terribionecropolítica.

<sup>14</sup> A geógrafa feminista equatoriana Sofia Zaragocin, reconhecendo a própria diferenciação interna de nossos corpos, lembra-nos que “hay partes del cuerpo que sienten más en unos espacios que en otros. En consecuencia, hay partes del cuerpo [como o útero feminino] que tienen más protagonismo o potencial político en ciertos espacios-tiempos que otra”. (Zaragocin, 2018:91)

dos componentes geográficos no interior da interseccionalidade, em parte já ressaltados por geógrafas como Gillian Rose e Gil Valentine, nos anos 1990<sup>15</sup>.

Para Collins e Bilge (2021) a interseccionalidade, analiticamente, “considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade [diversidade funcional], etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente” (p. 15-16). A interseccionalidade, como “forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (p. 16), não separa aquelas categorias e as analisa inseridas nas relações desiguais – e moderno-coloniais, devemos acrescentar – de poder, onde aparecem sobrepostas e articuladas.

Fassin (2021) argumenta que se trata de um conceito chave para entender a multiplicidade das lógicas complexas de dominação. Apesar de muitos ressaltarem a figura da jurista afro-americana do movimento feminista norte-americano, Kimberley Crenshaw, como figura chave na afirmação do debate sobre interseccionalidade, Fassin nos lembra que, um pouco como já mencionado para o caso de Doreen Massey, o “conteúdo” do termo já estava presente antes, inclusive entre pensadoras “latinas”, precursoras da abordagem descolonial, como Gloria Anzaldúa e Lélia González. É preciso, portanto, que entendamos a própria interseccionalidade a partir dos locais e dos momentos em que sua concepção e/ou designação se manifestou.

De certa forma podemos dizer que o debate sobre interseccionalidade, por incluir, explícita ou implicitamente, a questão do conhecimento situado – ou posicionado – já nasce com um propósito descolonizador. Rodó-Zárate (2021) propõe assim uma “interseccionalidade situada”, enfatizando sua dimensão geográfica. O pensamento-ação interseccional:

... sería un fenómeno político amplio que hace referencia a cómo históricamente diferentes colectivos en los márgenes han desarrollado, y desarrollan, conceptualizaciones sobre la interrelación entre diferentes ejes de desigualdad de forma genuina en diferentes lugares del mundo. (...) permite valorar cada uno de los desarrollos locales. Una propuesta que defiende la necesidad de reconocer los orígenes de la tradición interseccional en el feminismo Negro norteamericano y que al mismo tiempo invita a buscar las propias genealogías del pensamiento y acción de tipo interseccional en el contexto local y fuera del ámbito académico. (p. 151-152)

Essa valorização de cada desdobramento local do pensamento interseccional é coerente com o reconhecimento do papel da espacialidade na configuração dos jogos de poder. Geograficamente falando, trata-se de assumir que o espaço geográfico, em sua complexa diferenciação/desigualização, está imerso em relações de poder de múltiplas faces, ou seja, o espaço pode constituir dispositivos de controle e/ou segregação simultaneamente de classe, raça, gênero, idade, religião, nacionalidade, língua, diversidade funcional, etc<sup>16</sup>.

Alguns poderão considerar o espaço geográfico como mais um elemento nesse conjunto (seja de modo genérico, seja especificamente na forma de identidades territoriais como a nacional e a regional). Na nossa leitura, a dimensão espacial é de tal forma inerente a todas essas categorias que,

<sup>15</sup> Gill Valentine aprofunda o debate em Valentine, 2007. Agradeço aqui, novamente, às contribuições de Joseli Silva em sua leitura atenta dos originais deste trabalho.

<sup>16</sup> Esse rol de dimensões está sempre em aberto. Rodó-Zárate (2021), que prefere tratá-las como “eixos” analíticos, destaca gênero e orientação sexual, origem (lugar de nascimento, processos migratórios – ter ou não uma cidadania formal), racialização e diversidade étnica, cultural e religiosa, classe social, idade e diversidade funcional, lembrando ainda outros como cânones estéticos, estado de saúde, identidade nacional (ou regional), língua ou idioma, ideologia, maternidade ou paternidade, divisão urbano-rural, casta ... Cada um deles estaria associado a um tipo de desigualdade resultando em diferentes formas de exploração/dominação e/ou discriminação.

dependendo da imbricação de diferenças/desigualdades e, conseqüentemente, das relações de poder que estiverem em questão, teremos a realização concreta de distintas e imbricadas territorialidades.

Nos termos de Foucault (2004), “nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal do que o exercício do poder” (p. 147). O espaço, enquanto produto e produtor dessas relações de poder profundamente desiguais, ao mesmo tempo destrutivas e criativas, opressoras e liberadoras, traduz-se em distintas perspectivas através das quais pode ser reconhecido e reconstruído – múltiplos territórios e territorialidades que cabe ao geógrafo identificar e analisar.

Assim, o modo com que se des-ordena territorialmente o espaço geográfico pode fortalecer ou debilitar a desigualdade promovida por esses diferentes eixos de classificação social. O espaço tem a propriedade (potencial) de “coisificar” essas categorias (ao delimitar espacialmente essa classificação) mas igualmente de, no amplo sentido foucaultiano de poder, participar na “condução de condutas”, seja para reforçar, seja para enfraquecer e transformar relações exploradoras e discriminatórias de poder.

Há também inúmeras situações em que o espaço é a primeira referência na produção de identificações, laudatórias ou estigmatizadoras, como nas hierarquizações geográficas binárias entre campo e floresta, planície e montanha, litoral e interior, urbano e rural, espaço privado e público, centro e periferia, nação e região, “cidadãos nacionais” e apátridas, etc. Na prática o que temos, ao final, é a sobreposição desses múltiplos reconhecimentos espaciais, manifestando multiterritorialidades, ou melhor, o trânsito entre múltiplos territórios, ou seja, transterritorialidades (Haesbaert, 2004, 2014 e 2021a).

### Para prosseguir: uni-pluriverso e transterritorialidade

Uma abordagem interseccional descolonial busca dar conta, ao mesmo tempo, da força impositiva e das resistências que a ela se contrapõem, lendo o espaço sempre como uma construção em devir, com amplas possibilidades de reconstrução em termos da “heterogeneidade [geo]histórica estrutural” (Aníbal Quijano) das relações de poder, relações estas vistas ao mesmo tempo através dos diversos eixos da interseccionalidade.

De certo modo pode-se afirmar que o pensamento descolonial é intrínseca e fundamentalmente interseccional, na medida em que questiona a imposição (muitas vezes a priori) da desigualdade de classe como o eixo determinante (e/ou, sempre, como o mais relevante) e invoca uma interseção ou imbricação própria entre diferentes dimensões da vida social, espaço-temporalmente situadas. Por outro lado, pode-se dizer que o pensamento geográfico também é, obrigatoriamente, interseccional, no sentido de que o espaço geográfico não pode ser efetivamente entendido a não ser de forma integradora, ou seja, através dos nós (ainda que “frouxos” [Saffioti, 2015]) na interseção entre suas múltiplas esferas ou dimensões.

Assim, abordou-se neste artigo a importância da perspectiva espacial ou, mais estritamente, geográfica, enquanto conhecimento inerentemente descolonizador justamente por seu caráter situado, interseccional e corporificado. Seja provindo de outras disciplinas, seja em sua (re)afirmação pela Geografia, a multiplicidade dos contextos espaço-temporais está colocada na ordem do dia. Num tempo de tanta incerteza e instabilidade, mesmo sob o império de um sistema-mundo

globalmente mercantilizado, pensar a multiplicidade das interseções tornou-se imperativo, e em nossa disciplina não seria diferente.

Muitos ainda se recusam a reconhecer que o capitalismo moderno colonial, ao mesmo tempo que deve ser analisado em sua pretensão totalizadora, deve ter essa totalização amplamente questionada e combatida. Grande é o número, também, daqueles que, nesse combate, se negam a pensar a força da multiplicidade e do diálogo transterritorial aí invisibilizado e/ou reprimido. Uma Geografia descolonial da in-certeza (sempre hifenizada) e efetivamente una-múltipla não se arrogará “a” (única) interpretação/visão de mundo, mas deverá se colocar, sempre, apesar da tragédia iminente, o desafio de pensar o aberto do espaço, aquele potencial de futuro que nossos múltiplos caminhos já incorporam e que apontam para “outros mundos possíveis” ou “um mundo em que caibam muitos mundos”, como nos ensinou o movimento zapatista.

Desse modo, não dissociamos a revelação do que é - ou do que aí está - da carga de passado incorporada e das perspectivas de futuro já renunciadas. Uma ciência geográfica que se preze, hoje, deve estar preocupada tanto com a análise quanto com a prospecção de um novo espaço a ser dividido. A crise do espaço que aí está se revela tão perversa que, ao decifrá-la, temos a obrigação de ressaltar, entre as características presentes, aquelas que (ainda) conseguem indicar um outro futuro. É nesse sentido que aparece, em meio às abordagens descoloniais, situadas e interseccionais, concepções como a de pluriverso. Ainda que de forma preliminar e provocativa, podemos pensar aqui em uma reflexão sobre o que sugiro denominar uni-pluriverso – e a uni/multi/transterritorialidade que essa ideia implica – como pretexto para desdobramento em reflexões futuras.

Segundo Quijano (2010), o filósofo Enrique Dussell, um dos precursores do pensamento descolonial, propõe que se enfrente o eurocentrismo moderno através de uma multiplicidade de respostas críticas descoloniais que partam das culturas e dos lugares epistêmicos subalternizados do mundo todo. É como se nos interstícios ou nas brechas do sistema-mundo moderno colonial capitalista ainda re-existissem (resistir criando ou reafirmando outras formas de existência) culturas e espaços que, apesar de não serem “puros nem absolutos” (Grosfoguel, 2010:483), podem ser considerados externos à colonialidade, antevendo e/ou preservando outras formas de organização socioespacial que, por isso mesmo, devem ser estimuladas.

Na interpretação que Walter Mignolo faz de Dussell, a transmodernidade seria equivalente à “diversalidade enquanto projeto universal”, que é o resultado do *pensamento crítico de fronteira* enquanto intervenção epistêmica dos diversos subalternos (Mignolo, 2000). As epistemologias subalternas poderiam fornecer, segundo a redefinição do conceito do pensador caribenho Édouard Glissant feita por Mignolo, uma “diversalidade” de respostas para os problemas da modernidade, conduzindo à transmodernidade. Geograficamente, podemos vincular essa transmodernidade à ideia de transterritorialidade, esse potencial de trânsito entre múltiplas territorialidades como tática ou mesmo estratégia de re-existência.

A interseccionalidade nos indica que, desde a escala do corpo-território, partilhamos uma condição multi ou transterritorial, por mais dominadoras e opressivas que sejam as territorialidades hegemônicas. Como ressaltam diversas autoras aqui citadas no debate sobre interseccionalidade, um dos ensinamentos que esse enfoque nos traz é de que nunca somos simplesmente oprimidos ou desfavorecidos – também usufruímos privilégio ou vantagem em algum eixo ou dimensão da complexa interseção ou feixe de relações que nos constitui.

Mesmo como indivíduos, classes ou grupos subalternizados de um determinado espaço/país, carregamos, ainda que de forma inconsciente ou velada, determinados privilégios, seja relacionado a gênero, etnia, geração ou nacionalidade. De diferentes formas, eles podem ser decisivos na construção e/ou no reforço de determinadas territorialidades. De qualquer forma, o que se torna imprescindível é lutar - territorialmente, inclusive - contra todo acirramento da desigualdade e contra as classificações hierárquicas binárias que nos são impostas.

Por isso é fundamental estarmos atentos ao múltiplo jogo transterritorial – e transescalar – de poder em que estamos inseridos, sempre buscando territorialidades alternativas entre as diversas que somos instados a partilhar na busca pela sobrevivência ou, mais do que isso, na afirmação da singularidade dos espaços de vida, ao mesmo tempo humanos e não humanos, que precisamos defender e (re)construir. Múltiplos mundos/territórios que, no entanto, nos impelem a falar não simplesmente em pluriverso, mas em uni-pluriverso, pois ao incorporarmos problemáticas comuns, crescentemente globalizadas (como as mudanças climáticas ou os surtos pandêmicos), somos forçados a enfrentar, dependendo do momento e do espaço em que nos situamos, o vai-e-vem entre diferentes escalas mutuamente imbricadas na compreensão dos fenômenos em curso. Mas este, como indicamos, já é tema para outros desdobramentos.

## Referências

- ANDRADE, O. (1995[1928]). *A Utopia Antropofágica* (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Globo.
- ANZALDÚA, G. (2016[1987]). *Borderlands/La Frontera: la nueva mestiza*. Madri: Capitán Swing Libros
- ARRIGHI, G. (1996) *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Contraponto e Ed. Unesp
- CABNAL, L. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* (pp. 11-25). ACSUR-Las Segovias.
- CARELLI, L. (2020). *Arqueología del mestizaje: colonialism y racialización*. Temuco: Ed. UFRO; Buenos Aires: CLACSO.
- CASTORIADIS, C. (1982) *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COCCIA, E. (2018). *A vida das plantas: uma metafísica da mistura*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.
- CLOUGH, P. e HALLEY, J. (org.) (2003) *The Affective turn: theorizing the social*. Durham : Duke University Press.
- COLINS, P. e BILGE, S. (2021) *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- DAVIDSON, J. ; BONDI, L. E SMITH, M. (org.) (2007) *Emotional Geographies*. Farnham e Burlington : Ashgate.
- DUSSELL, E. (2000). *Hacia una Filosofía política crítica*. Bilbao: Desclée de Brouwer.
- FANON, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- FOUCAULT, M. (2004) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- GARCÍA-RAMÓN, M. D.; ORTIZ, A. e PRATS, m. (orgs.) (2014) *Espacios públicos, género y diversidad*. Geografías para unas ciudades inclusivas. Barcelona: Icaria.
- GEERTZ, C. (1998[1983]). *Saber local: novos ensaios em Antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- GIRALDO, O. e TORO, I. (2020) *Afectividad ambiental: sensibilidad, empatía, estéticas del habitar*. Chetumal: El Colégio de la Frontera Sur.
- GROSFUGUEL, R. (2010). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de “fronteira” e colonialidade global. In: Sousa Santos, B. e Meneses, M. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- HAESBAERT, R. (2004) *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2014) *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2020) Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia* n. 48, v. 22.
- \_\_\_\_\_ (2021a) *Território e descolonialidade*. Buenos Aires e Niterói: CLACSO e Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- \_\_\_\_\_ (2021b) A corporificação “natural” do terricídio à multiterritorialidade da Terra; *GEOgraphia* v. 23, n. 50.
- HARAWAY, D. (1995[1988]) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio daperspectiva parcial. *Cadernos Pagun*. 5
- \_\_\_\_\_ (2000). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: Silva, T. T. (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MACHADO, L. (1993) A geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos na Amazônia. In: *Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana* 3. Rio de Janeiro.
- MASSEY, D. (2008) *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (1992). Sexismo Flexível. *Sociológica* v. 7, n. 18.
- MIGNOLO, W. (2003[2000]). *Histórias locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- MIGUEL, L. F. (2020) A esquerda que abriu mão da crítica. *Blog da Boitempo* (disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/24/a-esquerda-que-abriu-mao-da-critica/> acessado em 15.07.21)

- ORTIZ, F. (1999[1940]). *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. Barcelona: Ariel.
- PEREIRA, S. N. (2021) Sobre a "Situação geográfica" de Razel: breve nota. *Terra Brasilis* (Nova Série), n. 15.
- PILE, S. e NAST, H. (1996). *Places through the body*. Londres e Nova York: Routledge.
- PRIGOGINE, I. (1996) *O fim das certezas*. São Paulo: Editora Unesp.
- PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. (1997[1986]). *A Nova Aliança*. Brasília: EditoraUnB.
- QUIJANO, A. (2010) Colonialidade do saber e classificação social. In: Sousa Santos, B. e Meneses, M. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- RADCLIFFE, S. (2017). Género y Buen Vivir: Desigualdades interseccionales y la decolonización de las jerarquías persistentes. In: Varea, S. e Zaragacín, S. (orgs.) *Femnismo y buen vivir: utopías decoloniales*. Cuenca: Pydlos.
- RATZEL, F. (2021[1894]). Sobre a situação geográfica. *Terra Brasilis* (Nova Série), n. 15.
- RIBEIRO, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- \_\_\_\_\_ (2019) *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro e Pólen.
- RODÓ-ZÁRATE, M. (2021). *Interseccionalidad: desigualdad, lugares y emociones*. Manresa: Bellaterra.
- SAFFIOTI, H. (2015[2004]). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- SAID, E. W. (2003) *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, J. e ORNAT, M. (2016). Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: Pires, C., Heidrich, A. e Costa, B. (Orgs.). *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura.
- SILVA, J. e SILVA, M. G. (2014) Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial do Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: Silva, M. G. e Silva, J. (orgs.). *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Todapalavra.
- SILVA, M. (2016). Por uma Geografia das emoções. *GEOgraphia* n. 38, v. 18.
- VALENTINE, G. (2007) Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. *Professional Geographer*, v. 59, n. 1.
- VOLOSHKO, D. (2019). Henri Lefebvre: totalidade, radicalidade e dialética espacial. *Geosp: espaço e tempo*, v. 23, n. 3.
- ZARAGOCIN, S. (2018). La Geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In: Cruz, D. e Bayon, M. (Orgs.). *Cuerpos, territorios y feminismos*. Quito: Abya-Yala e Estudios Ecologistas del Tercer Mundo.